

# O COMMERCIO DE BARCELLOS

SEMANARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

BIBLIOTECA

ANNO 7.º

DOMINGO, 28 DE FEVEREIRO DE 1897

N.º 365

## E' candidato a deputado pelo circulo de Barcellos o nossoglorioso patricio exm.º erevm.º sr. D. Antonio José de Sousa Barroso, bispo de Himeria e prelado de Moçambique

### D. ANTONIO JOSÉ DE SOUSA BARROSO

Quem ha ali que não conheça, admire, respeite e venere o preclaro patricio, o missionario do continente negro, o fervoroso apostolo da Africa, o denodado patriota, o benemerito prelado de Moçambique, o glorioso bispo de Himeria?!

Plebeu ou fidalgo, artista ou homem de letras, medico ou advogado, lavrador ou commerciante, militar ou magistrado, capitalista ou proprietario, novo ou velho, homem ou mulher, quem ha ali que se não curva ante essa veneranda e aureolada individualidade, que tão admiravelmente se impõe ao coração e á consciencia de um povo, como o mais lidimo continuador da obra patriótica e civilisadora dos seus insignes heroes?!

Os seus feitos gigantescos em prol da **Religião e da Patria**, assigna ados por um perseverante sacrificio da saude e da propria vida, fallam mais alto, echoam mais longe, do que as salvas retumbantes da artilheria, fructificam e perduram mais ainda, que as victorias tingidas com o sangue dos guerreiros, fulguram com mais brilho e esplendor à luz creadora do exemplo e persuasão, do que as espadas e as baionetas aos raios dardajantes d'um sol tropical.

E' profundo e sincero o culto que professam pelo inclito conterraneo todos os barcellenses de justo criterio, são juizo e recta consciencia.

Todos se orgulham do seu altisono renome e todos comprehendem a grandeza da sua obra, assim como sabem quanto ha a esperar do seu acrysolado amor patrio, do seu zelo apostolico, da sua provada capacidade.

Assim é que, por um desses phenomenos extraordinarios, mas explicaveis, de um extremo ao outro do concelho que se honra de lhe ser berço, vibram n'um só pensar, n'um só desejo, tantissimos cerebros, tantissimos corações, que aclamam para seu representante em côrtes esse prestigioso lumiar do episcopado portuguez, esse benemerito e prestante patriota.

Publicamos, agora, a mensa-

gem que foi dirigida ao insigne principe da Egreja e, a seguir, a honrosa resposta que s. ex.ª revm.ª houve, por bem, dar aos signatarios da mensagem, na pessoa do respeitavel arcepreste, rev. Manoel M. Maciel:

*Illm.º Exm.º e Revm.º Sr. D. Antonio José de Sousa Barroso* — O concelho de Barcellos que se orgulha em ser o berço querido de V. Ex.ª Revm.ª, conhecendo os relevantes serviços que V. Ex.ª Revm.ª tem incessantemente prestado á Religião e á Patria e reconhecendo quanto é instante necessidade para a Patria e para a Religião, que ao parlamento portuguez vão deputados da nação que se interessem pela gloria da Egreja e pela prosperidade de Portugal, e sabendo que acima de V. Ex.ª Revm.ª não tem ninguem que melhor o possa representar na futura sessão legislativa com o duplo empenho de pugnar em prol dos sagrados interesses da Religião e da Patria — vem na pessoa dos signatarios, que traduzem o justo sentir e apreço do mesmo concelho, pedir a V. Ex.ª Revm.ª haja por bem aceitar os nossos votos e os nossos trabalhos, como nos impõe a voz da nossa consciencia.

Barcellos, 18 de fevereiro de 1897.  
(Seguem-se as assignaturas).

*Exm.º e Revm.º Sr.*

Entre as immensas provas de deferencia, estima e amizade, que sempre me dispensaram os meus patricios, a vulta decerto e me penhora d'um modo especial a que V. Ex.ª Revm.ª e os demais signatarios da mensagem de 18 do corrente, como interpretes do sentir do povo d'esse concelho, me quizeram dar, convidando-me para aceitar a honra de os representar na futura camara dos Senhores Deputados. Estava bem longe do meu espirito o pensamento de tão assignalada distincção, que todavia agradeço reconhecido.

Tendo pois em grande conta a gentileza do convite e attendendo tambem ao meu estado de saude, que, por infelicidade minha, me não permite ainda por al-

guns mezes voltar a Moçambique, e no intuito de prestar alguns, ainda que modestos, serviços á Religião de que sou ministro e á Patria que amo muito, venho declarar a V. Ex.ª Revm.ª e aos signatarios da mensagem citada, que aceito a candidatura nos termos da referida mensagem e que empregarei as poucas forças de que posso dispôr, propugnando pelos dois grandes ídeas, que dominam o meu espirito: — a Religião e a Patria.

Com a maior consideração e estima sou  
De V. Ex.ª Revm.ª  
V.º mt.º att.º e obgd.º  
Lisboa, 23 de fevereiro de 1897.

+ Antonio, Bispo d'Himeria.

### AO GOVERNO

#### Os srs. empregados publicos

Pertencemos a um partido liberal que inscreve na sua bandeira os sagrados principios da justiça e da moralidade.

O governo que representa no poder esse partido não adopta, não quer adoptar os processos da corrupção, da perseguição, para fazer vingar as candidaturas que appoia.

Mas isto não quer dizer, nem pode significar que fechará os olhos aos abusos e desmandos dos seus subordinados, a ponto de consentir que os funcionarios do estado se lancem em correrias eleitoraes, se arvoreem em galopins, se transformem em influentes politicos a contrariar as candidaturas protegidas pelo governo.

Uma coisa é a liberdade bem entendida, outra coisa é a licença, é o livre alvedrio sem respeito pelas conveniencias do serviço publico e do decoro.

Nas ultimas eleições do consulado regenerador dirigidas no Porto pelo galopim-mór, sr. conselheiro J. Novaes, foram levados a votar com o governo os funcionarios da alfandega e alguns de elevada categoria, os do departamento maritimo, os do governo civil e administrações dos bairros, da guarda fiscal, da guarda municipal, dos

caminhos de ferro e de outras repartições do estado.

Segundo ouvimos, até um funcionario, agraciado com a carta de conselho, e portanto collega do sr. Novaes, foi votar com lista numerada.

Pois bem. Reprovamos então essa violencia, ainda hoje a reprovamos.

Porem, o que não podemos deixar de dizer, é que urge pôr um termo ao descaramento com que alguns funcionarios d'esta comarca e concelho se intrometem na luta eleitoral que está travada n'este circulo, andando em correrias eleitoraes, entrando em conciliabulos politicos, saindo pelas aldeias a pedir votos, fazendo pressão nos seus dependentes, contrariando por todos os meios ao seu alcance a candidatura protegida pelo governo.

Por hoje apenas pedimos ao digno administrador do concelho que se dê ao trabalho de recolher todas as informações a tal respeito e se digne prevenir estes abusos como melhor entender, chamando assim a attention do representante do governo para este assumpto, que mais minuciosamente trataremos, se tanto for preciso.

### EM PORTUGAL

#### A nova situação politica

Traduzimos do importante jornal parisiense *Le Jour* o seguinte artigo, publicado em lugar de honra no numero de 20 do corrente:

«O partido conservador que se mantinha no poder ha alguns annos, viu se forçado a submeter-se em resultado dos ataques da imprensa liberal e democratica de Lisboa. El-rei D. Carlos, tendo-lhe retirado, segundo os dictames do bom senso, a confiança, recusando-lhe uma nova *forçada* de pares inamovíveis, levou-o a demittir-se, com grande satisfação da opinião publica.

El-rei chamou o chefe do partido progressista, sr. José Luciano de Castro, homem d'estado muito respeitavel e distincto, e encarregou-o de organizar novo ministerio. O sr. Luciano de Castro desempenhou-se d'esta missão, aliás bem difficil em

Portugal... no tempo presente, vinte quatro horas depois da sua entrevista com El-rei, o que demonstra a disciplina e a boa organização do partido progressista.

Eis a lista do novo ministerio, apresentada a D. Carlos: Presidente do conselho e ministro do reino, sr. José Luciano de Castro; ministro da fazenda, sr. Kessano Garcia; ministro da marinha, sr. Barros Gomes; ministro da guerra, o general F. Maria da Cunha; ministro da justiça, sr. Veiga Beirão; ministro dos negocios estrangeiros, sr. Mathias de Carvalho; ministro das obras publicas, sr. Augusto José da Cunha.

Este ministerio, composto de homens de Estado muito serios e com longa pratica de administração, foi bem acolhido pela opinião liberal do paiz, que ha muito tempo protestava contra os attentados liberticidas e as dissipações administrativas do governo regenerador.

A camara, que o appoiava, acaba de ser dissolvida. O decreto de dissolução é precedido por um relatório dos motivos que a justificam e por uma lista das reformas projectadas pelo novo ministerio. Estas reformas serão submettidas á sancção das novas côrtes.

A lista comprehende a le eleitoral, os systemas orçamentaes e economicos do paiz, a lei de imprensa, a suppressão das leis attentorias dos direitos individuaes, as reformas coloniaes, o desenvolvimento dos systemas de representação, em sentido tolerante e liberal.

A amnistia para os delictos de imprensa já foi decretada.

As novas côrtes reunir-se-hão em junho, mas a data das eleições não é ainda conhecida.

Perante este programma de reformas e dada a honradez do chefe politico que o apresenta, é licito esperar que Portugal entre, enfim, no caminho da boa administração, indispensavel necessidade para que o paiz restabeleça as suas desgraçadas finanças e para avigorar o seu deploravel credito, muito discutido actualmente.»





